

FINANÇAS PÚBLICAS

Socorro a Estados desestabiliza Caixa

Instituição não recebe o que financia e deixa de ter dinheiro para investimentos

VÂNIA CRISTINO
e LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — Os constantes socorros financeiros concedidos a Estados e municípios e os subsídios aos mutuários da casa própria transformaram a Caixa Econômica Federal (CEF) numa instituição desestabilizada — não do ponto de vista contábil e financeiro, mas no desempenho de suas funções. A avaliação foi feita ontem ao Estado por uma importante fonte da área econômica. “A Caixa não obtém retorno do que empresta, nem consegue investir como deveria”, disse a fonte. “Como banco, é inoperante e, nesse sentido, está quebrada.”

Formalmente, porém, a CEF não quebrará por causa da ajuda a Estados e municípios, pois os empréstimos são garantidos pelo Tesouro Nacional. A área econômica estuda a edição de uma medida provisória que, segundo um técnico, “contemplará devedores, gestores e emprestadores”. A MP deverá deixar claro que qualquer prejuízo da CEF no recebimento dos empréstimos aos Estados será coberto pelo Tesouro Nacional. “Haverá emissão de pa-

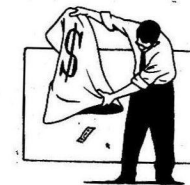
péis para cobrir a diferença, mas ainda não se sabe de quanto.”

Risco — Estados e municípios devem à CEF um total de R\$ 31,1 bilhões — R\$ 29 bilhões renegociados em 1993 e R\$ 2,1 bilhões de empréstimos feitos no início do ano. Desse valor, a CEF recebe apenas R\$ 160 milhões por mês. “A Caixa não quebra, porque o risco desses empréstimos é do Tesouro”, informou seu presidente, Sérgio Cutolo.

É o Tesouro que cobra pelos R\$ 29 bilhões refinanciados, bloqueando 11% das parcelas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPEM). O bloqueio, criado em 1993, dificultou o “calote” no pagamento dos empréstimos.

Na área técnica da Fazenda, já se dá por certo que a pressão dos governadores deverá resultar em alguma nova vantagem do Tesouro. O mais provável é que os 11% bloqueados mensalmente sejam utilizados para pagar outras dívidas além da CEF, da Previdência e do FGTS, como hoje.

Os técnicos estão preparados também para o caso de a negociação acabar alongando de 20 para 30 anos o prazo de pagamento das dívidas, acerto já feito com Rio Grande do Sul e Minas. Se isso ocorrer, o fluxo de recebimentos cairá e a CEF terá mais dificuldade para investir. O problema poderá ser sanado com uma injeção de recursos do Tesouro.



**ÁREA
ECONÔMICA
ESTUDA
EDIÇÃO DE MP**